



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES

Processo nº 5407/2019

Edital de Pregão Presencial nº 034/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PÚBLICA OU PRIVADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

ITAÚ UNIBANCO S.A

CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04

Solicitamos que as respostas sejam encaminhadas para os e-mails:

leticia.casado@itau-unibanco.com.br

valeria.limeira@itau-unibanco.com.br

roberto.lima-rodrigues@itau-unibanco.com.br

monica.orosco@itau-unibanco.com.br

Diante do princípio da ampla publicidade da fase externa da licitação, solicitamos que as perguntas aqui formuladas e as respostas a serem fornecidas por V.Sas. sejam disponibilizadas a todos os interessados.

Nossas observações visam oferecer condições de participação ao maior número de empresas, cumprindo, assim, o objetivo do procedimento licitatório, qual seja: propiciar a concorrência, buscando a proposta mais vantajosa para a administração.

Atenciosamente,
Itaú Unibanco S.A.

DOCUMENTAÇÃO

01) Nos termos da Lei Federal n. 8.666/93, "Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial" (caput do art. 32).

Buscando dar maior eficiência, economicidade e agilidade aos processos licitatórios, o normativo prevê que os documentos exigidos nos arts. 28 a 31 (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira) possam ser substituídos por certificados de registros cadastrais. Veja:

"Lei 8.666/93 - Art. 32 (...) § 2º **O certificado de registro cadastral** a que se refere o § 1º do art. 36 **substitui os documentos** enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação". (grifo nosso)

A Lei Federal n. 10.520/2002, lei do Pregão, foi ainda mais pragmática, ao determinar que o SICAF é opção à apresentação daquela enormidade de documentos nos artigos citados da lei 8.666/93:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES

"Lei 10.520/2002 Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...) XIV - **os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf** e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes". (grifo nosso)

Assim, é correto afirmar que os licitantes estarão dispensados de apresentar os documentos exigidos cujas informações de validade já estejam disponibilizadas no precitado SICAF?

RESPOSTA: Não está correto o entendimento, uma vez que não há essa previsão no Edital de Licitação.

02) Quanto a documentação o edital foi claro ao exigir a documentação relativa à sede do licitante (9.2 letra b). Ocorre que, também incluiu uma regra para licitantes não sediados no Estado e Município do Rio de Janeiro, incluindo a apresentação da Certidão Negativa de Débitos não inscritos para empresas. Considerando que:

- A Lei de Licitações nº 8.666/93 não detalha da forma como exigida no edital a regularidade fiscal estadual:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:
(...)

II - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

- A Fazenda do Estado de São Paulo, local da sede da licitante, determina que sua regularidade fiscal para fins de participação em licitação é atestada pela emissão da Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Inscritos na Dívida Ativa, **conforme Portaria CAT 20, de 01/04/1998:**

"O Coordenador da Administração Tributária, considerando o que dispõem os artigos 205 e 206 do Código Tributário Nacional; **considerando que somente o débito inscrito na dívida ativa**, nos termos dos artigos 204 do Código Tributário Nacional e 3º d a Lei Federal 6.830/80, **tem presunção de certeza e liquidez que possa ser oposta aos pretendentes de certidões negativas; considerando a necessidade de uniformizar procedimentos a serem observados pelas repartições fiscais e para facilitar o atendimento ao público em geral, expede a seguinte portaria:**

Artigo 1º - **O interessado poderá solicitar a expedição de certidão negativa nos seguintes casos:**

I - para participação em licitação pública,

II - para simples conferência ou outra finalidade.

§ 1º - Na hipótese do inciso I, serão pesquisados e informados somente os débitos inscritos na dívida ativa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES

§ 2º - Na hipótese do inciso II:

- a) tratando-se de pedido de certidão para simples conferência, serão pesquisados e informados tanto os débitos não inscritos quanto os débitos inscritos na dívida ativa;
- b) tratando-se de pedido para outra finalidade, serão pesquisados e informados somente os débitos inscritos na dívida ativa, salvo se o interessado requerer também a pesquisa e informação dos débitos não inscritos.

Assim, solicitamos confirmar o entendimento de que, conforme legislação do órgão fazendário supracitado, para atestar a regularidade perante a Fazenda do Estado de São Paulo, basta a apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Inscritos na Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

RESPOSTA: Neste momento o órgão julgador não tem conhecimento da CND em si. Qualquer resposta poderá ser prejudicial ao interessado. Fica a cargo do interessado juntar os documentos necessários com a finalidade de atendimento ao solicitado no edital.

FORNECEDORES

03) Em relação ao serviço de pagamento a fornecedores, agradeceríamos esclarecer o seguinte:

a) Qual o número total de fornecedores cadastrados na Prefeitura?

RESPOSTA: O total de credores cadastrados é de 4167, porém nessa numeração estão TODOS os fornecedores e pessoas físicas cadastrados dentro de sistema Betha Tesouraria.

b) Qual o número de fornecedores ativos (que receberam pagamentos nos últimos 6 meses)?

RESPOSTA: Não é possível mensurar exatamente a quantidade de fornecedores ativos, visto que muitos pagamentos são esporádicos e outros são mensais. Porém é possível afirmar que a quantidade de fornecedores pagos mensalmente não ultrapassa 100 fornecedores diferentes (em relação a Prefeitura) os dados dos Fundos Municipais e Previdência não tenho como informar.

c) Do número de fornecedores ativos, qual o percentual de pessoas jurídicas e qual o percentual de pessoas físicas?

RESPOSTA: Seria necessário um tempo maior para fazer tal levantamento.

d) Qual a quantidade de pagamentos efetuadas nos últimos 6 meses?

RESPOSTA: Seria necessário um tempo maior para fazer tal levantamento.

e) O pagamento dos fornecedores dar-se-á por meio de crédito em conta corrente, ou seja, eles serão compelidos a abrir conta corrente junto ao banco vencedor do certame? Se positivo, caso eles se neguem a isso, como se processará seu pagamento?

RESPOSTA: Vide Edital



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES

f) Caso o pagamento dos fornecedores seja realizado por meio de DOC, TED, Cheques ou Ordens de Pagamento, é correto afirmar que o município repassará ao banco a tarifa correspondente a tabela geral de tarifas por operação realizada?

RESPOSTA: Geralmente nesses casos já ocorre o débito da tarifa bancária diretamente na conta do Município.

g) Atualmente, qual instituição financeira processa a folha de pagamento dos fornecedores municipais?

RESPOSTA: Sem exclusividade atualmente

ESTRUTURA BANCÁRIA

4.1) Qual(is) o(s) endereço(s) onde deverão ser instalados os 2 caixas eletrônicos previstos no subitem 16.5 do Edital?

RESPOSTA: O local onde serão instalados os caixas eletrônicos serão objeto de análise futura entre a licitante vencedora e o MUNICÍPIO.

4.2) Considerando que: (i) há norma vigente (Portaria 387/06-DG/DPF, atualizada pela Portaria 358/09-DG/DPF, de 25.06.09 e 781/10-DG/DPF, de 19.01.10) da Polícia Federal que disciplina o procedimento de aprovação de plano de segurança para inauguração de pontos de atendimento bancário no Brasil; (ii) para implantação de uma agência, posto de atendimento bancário ou caixa eletrônico necessária é a aprovação do plano de segurança por aquela autoridade, e esta tem prazos próprios a serem cumpridos; (iii) que uma estrutura de atendimento bancário necessita de infra-estrutura de tecnologia para operação e que as redes de dados e voz são solicitadas, analisadas, aprovadas e disponibilizadas pelas operadoras de telefonia, e que estas também têm prazos próprios a serem cumpridos; é correto afirmar que será observado o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias para inauguração do ponto de atendimento bancário exigido no edital (Agência, Posto de Atendimento ou Caixa Eletrônico)?

RESPOSTA: Os prazos constantes mencionados no edital estão mantidos. Levando em consideração que há a previsão de prorrogação para o início dos serviços no caso de culpa exclusiva do MUNICÍPIO que impeça totalmente o início dos serviços pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ou se justificado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e aceito pela municipalidade. Logo se existe essa possibilidade de prorrogação para o início dos serviços haverá também para os outros itens que se encontram vinculados a execução contratual.

INÍCIO DOS SERVIÇOS

05) Acerca do início dos serviços indagamos:

Considerando que:

- O edital fixa prazo de até 60 dias para início dos serviços;
- O objeto licitado pressupõe a convocação dos servidores para abertura de suas contas bancárias, com coleta de documentos, preenchimento de formulários etc;
- Podem existir servidores em período de férias ou em gozo de licenças médicas, o que acarretará atraso no processo de abertura de 100% das contas do funcionalismo público;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES

- Esta obrigação depende dos próprios servidores/beneficiários, pois, ainda que orientados se estes não comparecerem ao banco não será possível o cumprimento desta obrigação, ou se comparecerem todos juntos num determinado momento será impossível o atendimento sem causar um caos;
- O processo envolve mais de 1.600 pessoas, que terão que se deslocar em horário de trabalho para formalização dos contratos de abertura de conta e retirada dos tangíveis (cartões, talonários de cheques etc.) necessários à movimentação das contas;
- Estão incluídos inativos e pensionistas, que podem residir em outras localidades, assim como servidores afastados o que demandará ostensiva comunicação dependendo do comparecimento destes em agências bancárias;
- O início dos serviços implica no comparecimento do servidor no banco e apresentação documentos para proceder a abertura de suas contas.

Solicitamos que o prazo para abertura das contas seja fixado em conjunto entre contratante e contratado através de cronograma, podendo ser desconsiderado o prazo de 60 dias do edital.

RESPOSTA: Não haverá alteração deste prazo no edital, uma vez que há a previsão de prorrogação deste prazo no caso de culpa exclusiva do MUNICÍPIO que impeça totalmente o início dos serviços pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ou se justificado pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e aceito pela municipalidade

PRÉ-ABERTURA

06) O subitem 4.3 do Termo de Referência determina que o banco vencedor faça uma 'pré-abertura' de conta para posteriormente agendar o comparecimento dos servidores na agência onde fora realizada a pré-abertura da conta.

Levando-se em consideração que os servidores terão a possibilidade de escolher a agência de seu interesse para receber os salários (por exemplo algum inativo ou pensionista/ afastado que resida em outro município), aliado ao fato de que, ao comparecer ao banco, o servidor poderá escolher entre abrir uma conta salário, fazer a portabilidade bancária, ou receber o salário por meio de conta corrente, tornando a pré-abertura operacionalmente inviável.

Diante disso, está correto o entendimento de que basta a efetiva abertura da conta no momento de comparecimento do servidor na agência por ele escolhida, dispensando, assim, a realização de pré-abertura?

RESPOSTA: Se a não efetivação da Pré abertura das contas não ocasionar prejuízos à execução contratual e ao funcionário, basta a efetiva abertura da conta para atendimento do objeto.

SERVIDORES

7.1) O número de servidores previsto no edital (1.606) corresponde a matrículas (funcionais/pagamentos) ou a pessoas (CPF's)? Caso se refira a matrículas, qual o número de pessoas/CPF's?

RESPOSTA: Matrícula. 1.525 pessoas CPF (PREFEITURA)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES

7.2) Favor apontar o vínculo empregatício dos servidores com a Prefeitura, da seguinte forma:

VÍNCULO	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Estatutários (ativos)	752
Celetistas (ativos)	44
Comissionados c/ estabilidade (ativos)	--
Comissionados s/ estabilidade (ativos)	90
Estagiários (ativos)	76
Temporários (ativos) CONTRATOS	549
Aposentados (se incluídos na licitação)	
Pensionistas (se incluídos na licitação)	14
Outros (favor especificar)	
SUBTOTAL	1525 81 (PREVIMENDES)
TOTAL	1.606

7.3) É correto afirmar que nas tabelas de faixas salariais incluídas no Termo de Referência constam os servidores do PREVIMENDES, Fundo Municipal de Saúde, Assistência Social, direitos da Criança e Adolescente? Caso não estejam incluídos, favor disponibilizar pirâmide salarial separada por cada ente.

RESPOSTA: Sim estão incluídos.

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

8) Seguem abaixo as dúvidas sobre o produto:

a) É correto afirmar que o banco vencedor poderá oferecer empréstimos consignados caso tenha interesse, não sendo obrigado a isso, já que esta modalidade de empréstimo por regra do CMN/Bacen é prestada sem exclusividade?

RESPOSTA: Sim, o empréstimo consignado não é serviço prestado de forma exclusiva pelo Edital e seus anexos.

b) O conveniamento do consignado faz parte do objeto licitado ou sua contratação seguirá regras e procedimentos de processo administrativo próprio e independente ao presente certame?

RESPOSTA: Não há exclusividade.

c) Possui legislação específica para o consignado? Se sim, pedimos a gentileza de disponibiliza-la.

RESPOSTA: Não

d) Será celebrado convênio em específico? A minuta será fornecida pelo órgão ou pelo banco? Caso seja minuta específica do órgão, favor disponibiliza-la para análise.

RESPOSTA: Será analisado posteriormente junto as instituições Financeiras interessadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES

e) Quais autarquias estão vinculadas ao certame? A formalização da minuta do consignado será individual para cada autarquia?

RESPOSTA: Não temos

f) Qual a margem máxima adota pelo órgão? É possível que os servidores tenham mais de um contrato de crédito consignado, desde que não ultrapasse a margem estabelecida por lei?

RESPOSTA: 30%. Sim é possível, desde que não ultrapasse a margem de 30%.

g) O órgão opera com site de gestão das margens do consignado? Se sim, qual o site? Quais os custos envolvendo adesão e manutenção do site? A contratação do site ocorreu por licitação? Qual o vencimento do contrato? Solicitamos uma cópia do edital e ata?

RESPOSTA: Não

h) Qual prazo máximo das operações de consignado?

RESPOSTA: *Depende da Instituição Financeira*

Consta em legislação? **RESPOSTA:** Não

O órgão efetuará o desconto das parcelas na provisão de férias dos servidores? **RESPOSTA:** Sim

i) Em caso de perda de margem consignável do servidor, está correto o entendimento de que a Prefeitura fará o desconto parcial do valor consignado e repassará a consignatária? Se a consignatária não quiser que a Prefeitura faça o desconto parcial. É possível?

RESPOSTA: A margem compromete somente o salário de servidores efetivos e ativos.

j) Em caso de desligamento/exoneração do servidor, está correto o entendimento de que o Tribunal fará o repasse das verbas rescisórias a consignatária

RESPOSTA: Não há o desconto nas verbas rescisórias. Ficando a cargo do funcionário procurar a instituição bancária para o devido pagamento.

k) Quais bancos operam atualmente na concessão de crédito consignado e qual a distribuição dos repasses entre as instituições?

RESPOSTA: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

DEMAIS QUESTIONAMENTOS

09) A referida licitação e seu respectivo edital foram publicados, com, pelo menos, 08 (oito) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes, respeitando o prazo legal previsto no art. 4º, inciso V da Lei 10.520/02?

RESPOSTA: Sim. O aviso de licitação do Pregão Presencial nº 034/2019 foi publicado na data de 22 de novembro de 2019.

10) Houve alguma alteração/aditamento ao Edital após sua publicação? Em caso positivo, solicitamos disponibilizar cópia para consulta.

RESPOSTA: Não houve alteração/aditamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES

11) Houve apresentação de impugnação e/ou pedido de esclarecimentos por algum interessado? Em caso positivo, solicitamos disponibilizar cópia para consulta.

RESPOSTA: Não houve apresentação de impugnação e/ou pedido de esclarecimentos.

Seguem as resposta ao pedido de esclarecimentos que foram solicitados na data de 03/12/2019, ou seja, **intempestivamente.**

Considerando tratar-se de questionamentos informativos, os quais não interferem na formulação de proposta, mantem-se o edital em todos os seus termos, bem como a data agendada para realização da sessão.

Mendes, 04 de DEZEMBRO de 2019.

Marcia Nascimento Moraes Santos
MARCIA NASCIMENTO-MORAES SANTOS
Pregoeira

Eduardo Ventura Loures
EDUARDO VENTURA LOURES
Secretário de Administração